

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65

Aos dezesseis dias do mês de março de 2011, às nove horas, no auditório do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG realizou-se a vigésima terceira Plenária Extraordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, José Ismar da Costa – SINIBREF, Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Márcio Caldeira – ASSPROM, Maria Juanita Godinho Pimenta – SEDESE, Maria de Lourdes Damasceno - SEAPA, Maria Albanita Roberta de Lima – SEDESE, Adenor Martins da Silva – CMAS/Ribeirão das Neves; conselheiros suplentes: Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, João Ademar Specht-AJEAS, Edma Aparecida Marinho – SEDESE; os convidados Cecília da Silva L.Navarro – CMAS/Laranjal, Marilene Silva – CMAS/Laranjal, Reginaldo Bauberine – CPT/MG, José Marcelo P. de Freitas – Atingidos/Laranjal, Andreza Aparecida Nogueira – Atingidos/Laranjal, Flávia Aparecida Dutra – Atingidos/Laranjal, Juarez Corrêa do Bem – Atingidos/Laranjal, José Montes – Atingidos de Barra de Braúna, Gilmar de Paula Lima - Prefeito Santa Cruz do Escalvado, Carlos G.Ondrinli – Brookfield, Antonio Fontes – Brookfield, Henrique Bortolini Lima – Presidente do CMAS/Santa Cruz do Escalvados, Humberto Bortolini Lima – Câmara Municipal de Santa Cruz do Escalvados, José Antônio dos Santos – atingidos Candonga, Antônio Venceslau dos Santos – atingidos Candonga, Juscelmo Gonçalves – Candonga, José Ribeiro Neto, Flávia Santos – atingidos Candonga, Raimundo Ribeiro Filho – atingidos Candonga, João Bosco Mesquita – UHE Risoleta Neves, Mônica P.S. – UHE Ris. Neves, Sebastião Miranda – UHE Ris. Neves, Iolanda S. Gonçalves – UHE Ris. Neves, Valmir Garcia Mendes – Prefeitura de Laranjal, e outros conforme lista de presença; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Leila Mara de Oliveira, Maria Luiza de Carvalho, Rosângela Mª da Silva e Erika Ribeiro da Cruz, responsável pela memória desta reunião. Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Mario Roberto Amaral – MDC devido a atividades do Dia do Consumidor, Fernando Henrique G. Rezende – SUPLAG devido à reunião no CEDCA, Mª de Fátima Mayrinck Brito – CMAS/Manhuaçu motivo consulta médica, Sônia Terezinha Abreu – CMAS Ouro Branco, Eliane Gonçalves – CMAS Cel. Fabriciano devido à plenária do CMAS de seu município, Elizabeth Leitão – COGEMAS, José Fernando – COGEMAS e Marcelo Armando – CRESS pela manhã, devido a trabalho. O presidente inicia a reunião falando que o objetivo desta é para avaliar, discutir e apresentar a situação da população atingida por empreendimentos de geração de energia, Candonga e Barra de Braúna. Objetivando clarear um ponto de apresentação que trata sobre os direitos socioassistenciais referente aos planos de assistência social em função aos empreendimentos que chegam ao estado de MG. Devido a isso é de grande importância a troca de informação entre conselheiros e entre outros conselhos. Ressalta que o conselho estadual é de formação paritária e que o primeiro princípio a cumprir dos conselheiros é de justiça defendendo a política pública. Passou-se para a apresentação feita pela Juanita, vice-presidente do conselho estadual. A apresentação definiu o CEAS como um órgão colegiado deliberativo responsável pela apreciação, aprovação, avaliação e fiscalização da Política Pública Estadual de Assistência Social. Sendo órgão de controle social, responsável pela defesa e garantia dos direitos socioassistenciais. Descreve os dez direitos socioassistenciais do SUAS: 1) Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos; 2) Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; 3) Direito de equidade social e de manifestação pública; 4) Direito à igualdade do cidadão de acesso à rede socioassistencial; 5) Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade dos serviços de proteção social; 6) Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social; 7) Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas; 8) Direito à renda; 9) Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; 10) Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais. Em 1998 o CEAS recebeu nova atribuição através da regulamentação do parágrafo único do art. 194 da Constituição Estadual: “Seção II - Da Assistência Social: Art. 194. As ações estaduais, na área de assistência social, serão implementadas com recursos do orçamento do Estado e de outras fontes, observadas as seguintes diretrizes: I – desconcentração administrativa, segundo a política de regionalização, com participação de entidade beneficente e de assistência social; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. O Estado promoverá plano de assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios.” Continuando, aponta a Lei 12812/1998, alterada pela Lei 15012/2004: O Estado prestará assistência social às populações de áreas inundadas por reservatório destinado ao aproveitamento econômico de recursos hídricos, sem prejuízo da assistência social assegurada pela legislação em vigor – soma-se a Política de Assistência Social; destinatário da assistência social, nesse caso: os que habitem imóvel rural ou urbano desapropriado; os que no imóvel exerçam qualquer atividade econômica: comerciantes, posseiros, assalariados, parceiros, arrendatários, meeiros e assemelhados. Com isso, foi atribuído ao CEAS: aprovar os planos de assistência social elaborados pelos empreendedores; determinar estudos de alternativas aos planos de assistência social; compatibilizar o Pró-Assiste com as normas e diretrizes estabelecidas nesta lei; fazer ampla divulgação dos pedidos de licenciamento para a construção de barramentos junto à população dos

66 municípios a serem atingidos; fiscalizar a implantação dos planos de assistência social; responder a
67 consultas, orientando os empreendedores e o público em geral sobre os programas de assistência
68 social de que trata esta lei. O Pas/barragem e a licença ambiental: a concessão de licenciamento
69 ambiental aos empreendimentos públicos ou privados de aproveitamento hídrico depende da
70 apresentação de estudos ambientais que incluam plano de assistência social aprovado pelo CEAS. A
71 concessão da licença de instalação – LI, pelo órgão ambiental, é condicionada à aprovação do plano
72 de assistência social; A concessão da licença de operação – LO, pelo órgão ambiental, é
73 condicionada à comprovação, pelo CEAS, da implantação do plano de assistência social.
74 Responsabilidades do técnico: analisar os processos compatibilizando as normas com os
75 levantamentos práticos, utilizando instrumentais específicos de acordo com sua formação acadêmica,
76 e responde pela sua atuação, não somente ao local onde trabalha, mas ao seu Conselho de
77 Categoria Profissional. Responsabilidades do conselheiro: analisar processos considerando o parecer
78 técnico e incluindo o caráter político de ser conselheiro – aquele que zela pela efetivação do SUAS,
79 onde se inclui a garantia dos direitos socioassistenciais e responder pela sua atuação – Resolução
80 sobre Ética do CEAS; Código de Ética do Servidor Público (agente público); suas deliberações que
81 estejam de acordo com a legislação e as que não estiverem. Deve manter-se atualizado sobre o
82 fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poder contribuir com a
83 construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social (Res. CNAS N.º 237/06).
84 De acordo o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana: as usinas hidrelétricas significam
85 a retirada sistemática dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de milhares de famílias
86 em todo o Brasil; A luta em defesa dos direitos humanos das populações atingidas por barragens tem
87 contrariado os interesses das empresas construtoras, que trabalham com a política do menor custo
88 social possível nas suas obras; O padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de
89 maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar
90 graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social,
91 familiar e individual. Alguns fatores que contribuem para a ocorrência das violações dos direitos dos
92 atingidos por barragens: falta de informação qualificada, falta de assessoria jurídica, definição
93 restritiva e limitada do conceito de atingido, omissão das especificidades socioeconômicas e culturais
94 das populações atingidas, não aplicação da legislação e a forma como vem sendo acionada a
95 desapropriação por utilidade pública (Decreto-Lei 3.365/41). Quando um direito humano dos atingidos
96 por barragem é violado, um direito socioassistencial também é violado. Direitos dos Atingidos por
97 Barragens (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial “Atingidos por
98 Barragens”: 1) Direito à informação e à participação nos processos de elaboração de políticas, planos
99 e programas; 2) Direito a um ambiente saudável e à saúde; 3) Direito a cultura, às práticas e aos
100 modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e
101 imateriais; 4) Direito de grupos vulneráveis a proteção especial; 5) Direito à liberdade de reunião,
102 associação e expressão; 6) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 7) Direito à melhoria
103 contínua das condições de vida; 8) Direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades
104 tradicionais; 9) Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; 10)
105 Direito à moradia adequada; 11) Direito à educação; 12) Direito à plena reparação das perdas; 13)
106 Direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente
107 acordados; 14) Direito de ir e vir; 15) Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo
108 judicial; 16) Direito à Reparação por perdas passadas. Direitos socioassistencial violados: Direito a
109 igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; Direito ao controle social e defesa
110 dos direitos socioassistencias; Direito a proteção social por meio da intersectorialidade das políticas
111 públicas; Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; Direito de equidade social e
112 de manifestação pública; Direito a renda; Direito do usuário a acessibilidade, qualidade e continuidade
113 ao atendimento; Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; Direito em ter
114 garantida a convivência familiar, comunitária e social; Todos os direitos de proteção social de
115 assistência social consagrados em Lei. Sobre o papel dos CMAS: Órgão de controle social municipal,
116 parceiro do CEAS, em relação ao acompanhamento das ações para fins de garantias de direitos; No
117 caso do PAS/Barragem, a eles é solicitado manifestação sobre relatórios, planejamentos e
118 contribuições; Também, é solicitado que acionem o CEAS quando há descumprimento das
119 deliberações estaduais. O Fluxo de Comunicação para garantia dos direitos é do CEAS para o
120 empreendedor e usuário e vice-versa, do empreendedor para o CMAS e este para o usuário que
121 também faz o processo inverso; Fluxo do PAS/Barragem: O empreendedor protocola o
122 PAS/BARRAGEM na SE/CEAS e no CMAS. É realizada análise técnica da SE/CEAS podendo
123 solicitar complementação de informações. Também é realizada visita técnica, reunião com os
124 atingidos, com CMAS, gestor/PM e empreendedor. Depois de feito o parecer técnico é encaminhado
125 ao conselheiro relator que é facultado visita ao local, ou solicitado esclarecimentos (diligências), com
126 isso, emite-se o parecer. Este parecer vai para a plenária do CEAS onde será deliberado e emitido
127 resolução. Atualmente o PAS/BARRAGEM apresenta: 1) Total de PAS protocolados no CEAS de
128 2001 até 31/01/2011: 17 CGH, 73 PCH, 09 UHE/AHE, 04 outros, total de 103; 2) Fase dos processos
129 PAS/Barragem no CEAS: 56 PAS aprovados (LI), 34 PAS aprovados e implantados (LO), 05 PAS em
130 análise técnica, 08 PAS aguardando informações complementares; 3) Total de denúncias referentes

131 aos processos de PAS/Barragem: 10 De não implantação do posto de atendimento social; 01
132 Violação de direitos sociais; 07 pendências de negociação indireta e coletiva; 02 Obtenção de LO
133 sem execução do PAS e aprovação do CEAS. Total de 20 denúncias. 4) Total de municípios afetados
134 pela construção de Barragens: 79 Atingido por 1 empreendimento; 17 Atingido por 2
135 empreendimento; 07 Atingido por 3 empreendimento; 04 Atingido por 4 empreendimento; 02 Atingido
136 por 5 empreendimento. Total 109 municípios afetados. Outras informações: 753 famílias residentes
137 na Área Diretamente Afetada – ADA; Propriedades afetadas: 2.116 rurais, 83 ilhas, 02 comunidades –
138 129 residências. Finaliza agradecendo a presença de todos. Prosseguindo a plenária passou-se para
139 os pontos de deliberação: A) UHE Barra de Braúna: Apuração de denúncia de 26 à 28 de janeiro de
140 2011. 1 - Identificação do Processo – Processo de apuração de denúncia, data da visita de apuração:
141 26 a 28/01/2011. Conselheiros responsáveis pela apuração: Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho –
142 Presidente do CEAS, José Ismar da Costa – Coord. Comissão de Normas, José Fernando Antunes
143 Millane – Coord. Comissão de Apoio aos CMAS. Municípios de abrangência da UHE Barra de
144 Braúnas: Laranjal, Cataguases, Leopoldina e Recreio. Rio: Pomba. Empreendimento: UHE Barra do
145 Braúna. Empreendedor: Brookfield Energia Renovável; 2 - Contextualização do Processo – UHE
146 Barra do Braúna: histórico data e fatos: Dezembro/2002 - protocolado o PAS CEAS, Junho/2005 -
147 emissão da Resolução de aprovação do PAS, Agosto/2009 - emissão da Resolução de aprovação da
148 execução do PAS “ad referendum”, Outubro/2009 - emissão da Resolução que dispôs sobre as
149 condicionantes em relação a implementação do PAS, Novembro/2009 - assinatura do Termo de
150 Negociação entre CEAS, representante dos atingidos e representante do empreendedor,
151 Dezembro/2009 - Revogação pelo CEAS das Resoluções de aprovação da implantação do PAS, em
152 função do descumprimento das condicionantes estabelecidas, Fevereiro/2010 - protocolado no CEAS
153 de denúncias dos atingidos, Abril/2010 - emissão de nova Resolução do CEAS de aprovação da
154 execução do PAS, Novembro/2010 - Protocolado no CEAS pelos CMAS de Recreio e Laranjal,
155 relatórios contendo pendências em relação às negociações e acordos não cumpridos pelo
156 empreendedor e solicitando a continuidade de funcionamento dos Postos de Atendimento Social,
157 Dezembro/2010 - Emissão de correspondência ao empreendedor comunicando que os Postos de
158 Atendimentos Social, deveriam continuar seu funcionamento com a equipe multidisciplinar até que
159 todas as pendências com os atingidos sejam resolvidas. Ainda, solicitando esclarecimentos e a
160 situação atual das pendências apresentadas pelos CMAS de Laranjal e Recreio, Janeiro/2011 - A
161 partir do universo de pendências, foi realizada visita de apuração, no período de 26 a 28/01/2011, que
162 também foi motivada por solicitação da comissão de atingidos. 3 - Visita de apuração: os trabalhos
163 seguiram o seguinte roteiro: 26/01/2011 - 14 horas - reunião com os atingidos da UHE Barra de
164 Braúna, local: Clube de Laranjal; 27/01/2011 - 09 horas - reunião com os Conselhos de Assistência
165 Social dos municípios Laranjal, Cataguases, Recreio e Leopoldina, local: Clube de Laranjal; - 13
166 horas - visita “in loco” as áreas diretamente atingidas; - 19 horas - reunião com representantes do
167 empreendedor Brookfield Energia Renovável S.A, local: Secretaria Municipal de Assistência Social de
168 Cataguases. Reunião com os atingidos: tiveram presentes 88 atingidos. Houve 66 pendências
169 relatadas pelo documento apresentado ao CEAS no período de janeiro a novembro de 2010. Teve 22
170 novos casos; Os relatos referiam-se sobre pendências de negociação individual e de caráter
171 comunitário; Foram destacados, por envolver violação de direitos da família, do idoso, da criança e do
172 adolescente: a) falta de segurança em torno do lago da barragem, onde fica situada a Comunidade de
173 Nova Ponte, colocando em risco as crianças que utilizam o campo de futebol e o parque, instalados a
174 margem do lago; b) cursos de capacitação não beneficiaram diretamente os atingidos; c) idosa que
175 teve que pagar parte do material de construção e da mão de obra para finalizar a construção de sua
176 casa; d) idosos que perderam com a negociação o usufruto da terra e atualmente estão sem renda; e)
177 negociação de terra já concluído em 2001, cuja área onde está instalado o eixo da barragem continua
178 em nome da proprietária (falecida em 2007); f) necessidade de relocação urgente de uma família
179 composta por 02 crianças, 02 adolescentes e os pais, que residem em área de risco, próximo ao lago,
180 que com a chuva sofrem com enchente devido a proximidade com a água. Reunião com os cmas de
181 Laranjal, Recreio, Cataguases e Leopoldina: Estiveram presentes 06 representantes do município de
182 Laranjal; 01 de Leopoldina, 03 de Recreio e 01 de Cataguases, conforme lista de presença e registro
183 fotográfico; Os conselheiros do Município de Laranjal disseram que mesmo buscando defender os
184 direitos dos atingidos, são ameaçados nas ruas de Laranjal por um grupo de atingidos, e que os
185 conselheiros estão abrindo processo contra este grupo para manter sua segurança. CMAS de
186 Recreio: Solicitação de continuação de funcionamento do posto de atendimento social que
187 permaneceu funcionando; o atraso quanto ao repasse dos recursos financeiro, problema resolvido em
188 dez/2010; solicitação para realização de cursos profissionalizantes, problema resolvido. Foram
189 realizados cursos de qualificação profissional de corte e costura, panificação, cestaria. E em parceria
190 com o SENAI foi desenvolvido para pessoas de 16 a 23 anos, os cursos de mecânica, informática e
191 instalação elétrica; Construção de uma usina de reciclagem, resolvido. Houve visita técnica para a
192 elaboração do projeto de construção da usina; Proprietários/imóveis sem escritura, também resolvido.
193 CMAS de Laranjal: Solicitação de continuação de funcionamento do Posto de Atendimento Social que
194 permaneceu funcionando, atraso de repasse dos recursos financeiros, problema resolvido em
195 dez/2010, realização de cursos profissionalizantes, resolvido. Foram realizados cursos de

196 capacitação desenvolvidos pela Casa de Cultura (corte e costura, biscuit e outros), porém não houve
197 interesse dos atingidos em participar. Tanque rede para os pescadores da Comunidade de Ponte
198 Nova, ainda não resolvido. Há proposta de construir um tanque rede por meio de um projeto que
199 atingirá os demais municípios (OBS: a proposta inicial era para atender apenas os pescadores
200 atingidos da Comunidade de ponte Nova, para amenizar o impacto da interrupção das pescarias).
201 Deliberações: 1º) Encaminhar as situações apresentadas à Plenária do CEAS para deliberação de
202 estratégia para o Empreendedor resolver todas as questões pendentes; 2º) Convocar audiência
203 Pública em Laranjal, após Plenária do CEAS, para expor as ações que estão sendo realizadas,
204 visando garantir os direitos dos atingidos. Serão convidados para esta audiência: os quatro CMAS, os
205 prefeitos, os gestores, o Ministério Público, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do
206 Adolescente, o empreendedor e os atingidos (sendo este ultimo grupo de responsabilidade do CEAS
207 de convidá-los); 3º) Os CMAS de Laranjal e Recreio responderão ao ofício encaminhado pelo CEAS
208 em dezembro, expondo as pendências que já foram solucionadas. Visita “In Loco” na Comunidade de
209 Ponte Nova e outras áreas atingidas pela construção da Barragem. Visitadas 9 propriedades: onde
210 era a Casa de Sebastião Alexandre – que não foi reconhecido como morador de cessão; Área onde
211 residia a Sra. Maria Zélia de Medeiros – a propriedade ficou abandonada, devido à falta de água;
212 Residência Sra. Ana Irene (comunidade de Ponte Nova) – moradora de cessão na comunidade de
213 Ponte Nova – o empreendedor acordou em comprar uma casa em outra comunidade - No local
214 moram 9 pessoas: Sra. Irene, o marido, 01 filha com deficiência (29 anos), 01 filho (27 anos) e 05
215 netos (18 anos, 10 anos, 09 anos, 07 anos e 02 meses), sendo que as duas últimas crianças (2
216 meses e 07 anos) são filhas da pessoa com deficiência. Residência do Sr. Jorge Rosa e esposa Ana
217 Maria Silva, pendências: - Na comunidade de Ponte Nova, ao lado do campo de futebol. Devido às
218 cercas serem muito baixas, sofrem constantemente com bolas nas paredes e vasilhas derrubadas do
219 fogão a lenha; - A escada construída pelo empreendedor na entrada da casa , estão acima do
220 padrão, (mais ou menos dois palmos de altura) dificultando a subida ou descida; 5)Residência do Sr.
221 Antonio Gonçalves - na comunidade de Ponte Nova as margens do lago da UHE Barra de Braúna (na
222 área de APP). Quando chove a água do lago entra em seu quintal; 6) Residência Eliane Coutinho de
223 Souza: - no local há duas casas, com crianças de 1 a 7 anos, além dos adultos; - As casas foram
224 construídas a beira de um barranco que dá acesso ao lago da usina. A proteção instalada para não
225 dar acesso ao lago (nos padrões das cercas da comunidade de Ponte Nova) foi apenas até a metade
226 do lote, deixando o restante com acesso ao barranco e conseqüentemente ao lago; - O teto da sala
227 de uma das casas está cedendo; 7) Residência Gilberto de Oliveira Piray: - mora em uma área
228 de risco, com a esposa e 4 filhos (2 anos, 7 anos, 15 anos e 16 anos); - a água que era consumida na
229 propriedade, depois da construção da usina ficou imprópria até mesmo para dar banho nas crianças,
230 por estar muito suja. A família tem que andar 3 km para buscar água em outra propriedade; - o
231 empreendedor propôs comprar uma casa para a família, que ainda não foi adquirida; Residência
232 construída para relocação da Sra. Placidina da Silva Machado (77 anos); - A casa, mesmo antes da
233 mudança da Sra. Placidina já esta caindo e comprometendo a segurança da idosa; - Os familiares
234 procuraram o Posto de Atendimento Social, para que o empreendedor reformar a casa e nada ainda
235 foi feito; - A casa apresenta várias rachaduras que atingem o chão, ainda que foi construída do lado
236 de um barranco que esta cedendo com a chuva, atingindo o muro lateral da casa. (no processo há 20
237 fotos sobre casa da Sra. Placidina). Comunidade ponte nova: - falta de segurança nas áreas comuns
238 dos moradores: campo de futebol e parque infantil, que ficam a margem do lago (área de APP), cujas
239 cercas que seriam para prevenir acidentes e não dar acesso ao lago, não apresentam segurança; -
240 Segundo depoimentos dos moradores as crianças têm acesso ao lago, pelo portão que fica aberto,
241 também porque o material utilizado é frágil e a cerca é pequena (houve criança que pulou no lago
242 para pegar bola e quase afogou, foi salva por um morador; Reunião com representantes da Brookfield
243 (Sr. Sérgio Abu Misael e Sr. Fernando Ferraz): Pontos abordados: a) situação das negociações dos
244 areais, segundo os representantes do empreendedor: - foi contratada uma empresa para estudar o
245 comportamento da areia no rio, para verificar os possíveis pontos de extração para a continuidade
246 dessa atividade; - O empreendimento tem a intenção de desenvolver uma cooperativa entre os
247 areeiros; - cada trabalhador do areal tem 3 ações na justiça contra o empreendimento, 1 coletiva e 2
248 individuais. Houve interesse de areeiro em negociar fora da justiça, mas não consegue porque teria
249 que desistir das ações individuais e coletivas, sendo que esta última só encerraria se houvesse
250 desistência de todos; - pendências de negociação com os proprietários do areal: - Areal JM – fizeram
251 proposta ao proprietário, que não foi aceita; - Areal Saara – já está negociando valores; - Areal Pedro
252 Velho – está em fase final de negociação; b) idosos que perderam o usufruto: os filhos receberam o
253 dinheiro, compraram outras terras e não colocaram a mãe como usufrutuária das propriedades; c)
254 caso do eixo da barragem que ainda está em nome da antiga proprietário ficaram de verificar, pois a
255 negociação foi feita em 2001, com a empresa proprietária da usina anterior a Brookfield; d) falta de
256 segurança em torno da comunidade de Ponte Nova: Farão melhorias nas áreas de lazer de ponte
257 nova, para garantir a segurança dos moradores; e) caso da família da Sra Irene, moradores de
258 cessão da propriedade do Sr. Acrísio estão avaliando a situação da família, que é urgente, e
259 encaminharão uma pessoa para verificar a casa escolhida por ela na comunidade de Serenos; f)
260 Casas na APP - Disseram que a comunidade na época de escolha do local para reassentamento das

261 famílias da comunidade de Ponte Nova optaram em ficar naquele local, mesmo sendo APP, para
262 manter o vínculo dos vizinhos e familiares; g) Residência da Sra Placidina: - disseram que a idosa
263 contratou pedreiros para construir a varanda, que forçou o barranco, mas sem a participação da
264 empresa; - garantiram que reformariam a casa e melhorariam as condições de segurança do
265 barranco, tanto acima quanto abaixo da casa. h) No final da reunião, os representantes da Brookfield
266 ficaram de apresentar formalmente ao CEAS resposta ao ofício encaminhado em dezembro, com
267 documentos comprobatórios. 4 - PONTOS A AVALIADOS A PARTIR DA APURAÇÃO DAS
268 DENÚNCIAS: a) Foram acrescentadas 22 situações que não foram denunciadas anteriormente
269 – passando de 179 casos de pendências para 201 neste processo de apuração; b) Os casos
270 denunciados pelos atingidos continuam na mesma situação, ou seja, pendentes conforme os
271 depoimentos durante reunião em 26/01/2011; c) As pendências de negociação com os municípios
272 foram solucionadas, conforme depoimentos dos representantes dos CMAS de Laranjal e Recreio,
273 como o repasse de recursos, construção da usina de reciclagem em Recreio que já está sendo
274 planejada, a construção do centro profissionalizante em Laranjal que está aguardando recurso do
275 BNDS; d) As escrituras das propriedades já estavam sendo entregues aos atingidos do município de
276 Recreio, conforme depoimento do representante do CMAS de Recreio; e) Denúncia de não
277 participação dos atingidos diretos nos cursos promovidos pelo empreendedor em parceria com
278 entidade não governamental de Laranjal, que conforme informações do CMAS de Laranjal não houve
279 interesse do grupo em questão; Sugestão: que a comissão de atingidos apresente um diagnóstico da
280 potencialidade da comunidade com indicativos de cursos que seriam de interesse para o
281 desenvolvimento local. Ainda considerando que essa comissão é assessorada por um advogado
282 e uma assistente social, que estes profissionais elaborem o referido diagnóstico, para ser
283 apresentado como proposta de cursos para a comunidade ao CEAS, bem como ao empreendedor. f)
284 Comunidade de Ponte Nova: - Segurança: foi confirmada a falta de segurança nas áreas comuns dos
285 moradores: campo de futebol e parque infantil, que ficam a margem do lago (área de APP); - Tanque
286 Rede: até a presente data não foi implantado o tanque rede na comunidade de Ponte Nova para
287 atender os pescadores do local, objetivando amenizar o impacto da interrupção das pescarias. Sendo
288 que a nova proposta é construir um tanque rede por meio de um projeto que atenderá os municípios
289 de Laranjal, Cataguases, Leopoldina e Recreio. Sugestão: solicitar ao empreendedor ata de reunião
290 de apresentação da proposta para os pescadores da Comunidade de Ponte Nova, com aprovação da
291 maioria; g) Atritos entre os atingidos pela construção da usina e o CMAS de Laranjal e Prefeitura.
292 Conforme informações, já foram registrados na Polícia Militar “Boletins de Ocorrência” de ameaças
293 aos membros do CMAS de Laranjal. Conforme aprovado pelos CMAS de Laranjal, Leopoldina,
294 Cataguases e Recreio, na reunião do dia 27/01/2011, o CEAS por meio de reunião deve buscar
295 intermediar essa relação, ainda expor as ações que estão sendo realizadas para garantir os direitos
296 dos atingidos. h) casos de desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes: - As situações
297 desrespeitam a Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990, principalmente, “Art. 4º É dever da família, da
298 comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a
299 efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à
300 profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e
301 comunitária. (...) e Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física,
302 psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade,
303 da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Os casos descritos
304 demonstram que não foram asseguradas, às crianças, a preservação de sua saúde e liberdade de
305 utilizar os espaços reservados para lazer na comunidade, como o campo de futebol e o parque de
306 diversão. i) casos de desrespeito aos direitos dos idosos: - Percebeu-se que houve e há desrespeito
307 ao idoso no que refere-se à preservação de sua saúde física e mental, por causa das pressões que
308 sofreram durante as negociações, bem como as relocações em áreas próximas ao lago, não
309 cumprindo o que é garantido no Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003
310 – “art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo
311 da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as
312 oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento
313 moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. - Acrescenta-se ao
314 descumprimento Lei Federal nº 10.741/2003, a perda do direito ao usufruto da terra, que servia como
315 rendimento para suprir suas necessidades e que de acordo com os depoimentos o resultado da
316 venda da propriedade foi utilizado para fins diversos, que não foram para prover o sustento do idoso.
317 Resumo, aspectos notificados – prazo resposta até 18/03/2011: Aspectos pendentes versos nº de
318 Reclamantes = entrega de escrituras – 47; falta de infra-estrutura (segurança/ energia elétrica,
319 limpeza de valetas, construção de acessos e ou de servidão para a propriedade vizinha, de ponte,
320 acesso a água, cerca de divisa, bebedouro, porteira, aterro e poço artesiano e outros) – 24;
321 construção ou Reforma ou Finalização de casa – 09; reassentamento (compra de imóvel para
322 atingido – 02; indenização de proprietários, meeiros, arrendatários, mergulhadores, produtores rurais
323 não proprietários, areeiro e pescador – 71; negociação de remanescente – 01; pagamento de
324 indenização pela retirada de roda d’água, soltura de gado e lucro cessante – 03; permuta de terra ou
325 relocação – 02; reavaliação de negociação de pessoa idosa – 02; regularização de documentação da

326 terra – 01; negociação com a Comunidade de Ponte Nova – tela de proteção nas áreas comuns e
327 tanque rede e Curso de capacitação – toda a comunidade. O presidente Geraldo encerra a
328 apresentação de Barra de Braúna e faz a leitura da carta apresentada pelos atingidos desse
329 empreendimento onde é solicitado maior prazo para resolver pendências e retirada de processos que
330 estão ajuizados. Na leitura do referido termo de solicitação de suspensão de processo administrativo
331 junto ao CEAS formalizado pela comissão dos atingidos pela UHE Barra de Braúna e o
332 empreendedor Barra de Braúna Energética S.A encaminhada ao conselho estadual que refere-se ao
333 aproveitamento hidrelétrico da Barra de Braúna. Informa que iniciou-se tratativas a respeito das
334 questões objeto de análise perante o CEAS. A iniciativa tem como objetivo promover o debate de
335 todos os casos com vistas a promover o consenso das partes a respeito das eventuais indenizações,
336 bem como implantação de outras formas adicionais com vistas a reativação econômica dos atingidos.
337 Propõe também a formação de uma comissão com a presença de representantes de diferentes
338 órgãos, inclusive do CEAS analisando os casos em que eventualmente reste infrutífera a tentativa de
339 acordo entre as partes. Fica acertado entre os envolvidos que havendo necessidade de deslocamento
340 dos representantes dos atingidos para reuniões com o empreendedor os custos comprovadamente
341 incorridos desde que previamente submetidos à aprovação do empreendedor serão suportados por
342 este. Diante do exposto e considerando a necessidade de prazo para discussão dos casos bem como
343 a formação da mencionada comissão. As partes requerem respeitosamente ao conselho que se
344 abstenha de tomar qualquer decisão referente ao Plano de Assistência Social – PAS da UHE Barra
345 de Braúna pelo prazo de 30 dias ou até manifestação conjunta das partes. O presidente abre para
346 manifestação dos conselheiros, atingidos e empreendedor aonde chegou ao encaminhamento: 1º)
347 participação do presidente do CMAS de cada um dos municípios envolvidos na composição da
348 comissão, Aprovado; 2º) complementar o documento com as assinaturas, protocolar o PAS no CEAS
349 até dia 08/04/2011, prazo de 23 dias. Levar para a comissão analisar dentro do prazo de 7 dias e
350 depois encaminhar a análise para deliberação na plenária no mês de abril. Prosseguindo a plenária,
351 passou-se para a apresentação do processo da UHE Risoleta Neves – Candonga: 1 - Empreendedor:
352 Consórcio Candonga; Municípios mineiros atingidos pela construção da UHE Risoleta Neves: Rio
353 Doce e Santa Cruz do Escalvado (distrito Nova Soberbo); Curso do Rio : Alto Rio Doce. Processo de
354 apuração de denúncia: O processo de denúncia contra a UHE Risoleta Neves (Usina Candonga) vem
355 desde 2003; A denúncia concentra-se sobre o descumprimento de 2 itens da Resolução 39/2003:
356 Criação e implementação de um Programa de Reativação Econômica para a comunidade de Novo
357 Soberbo; Cessão de terreno produtivo de 200 m² para cada família afetada; Data da visita de
358 apuração: 02 a 04/02/2011; Conselheiros responsáveis pela apuração: Geraldo Gonçalves de Oliveira
359 Filho – Presidente do CEAS e José Fernando Antunes Millane – Coord. Comis. de Apoio aos CMAS.
360 2 – Contextualização do Processo: protocolado no CEAS em 22/12/2000 o 1º processo do Plano de
361 Assistência Social – PAS; em 27/04/2001 o PAS foi aprovado pela Resolução CEAS nº 005/2001 com
362 condicionantes incorporadas no PAS. Instalada nos municípios mineiros de Rio Doce e Santa Cruz do
363 Escalvado, deixou o distrito de São Sebastião do Soberbo (pertencente à Santa Cruz do Escalvado)
364 totalmente coberto pelas águas da barragem. Entre 2003/2004 a usina atingiu aproximadamente 296
365 pessoas, o que corresponde a aproximadamente 127 famílias. Conforme consta de relatórios técnicos
366 do CEAS: “Sobre as residências da comunidade de Velha Soberbo, a maioria possuía quintal, com
367 horta e jardim, que significava para os moradores um instrumento importante de sobrevivência, uma
368 vez que além de produzirem frutas e verduras, criavam porcos e galinhas, o que complementavam a
369 base alimentar da família. Já na Nova Soberbo, observou-se que, somente em algumas residências,
370 havia espaço para plantação de pelo menos uma horta pequena”. Comprovação da implantação do
371 Plano de Assistência Social - Resolução CEAS Nº 29/2003 – com condicionantes que pretendiam
372 assegurar a prevenção, proteção e promoção em relação à Política de Assistência Social da
373 população atingida pelo empreendimento em 10/10/2003. Denúncias apresentadas ao CEAS, após a
374 publicação da Resolução 029/2003, sendo que muitas dessas denúncias foram apoiadas pelo
375 Movimento de Atingidos por Barragens – MAB. Revogação da Resolução 029/2003, por meio da
376 publicação da Resolução nº 035/2003 e ainda novas visitas do CEAS comprovaram várias das
377 denúncias apresentadas, dentre elas a não discussão com a comunidade do Programa de Reativação
378 Econômica em 06/11/2003. Nova comprovação da implantação do Plano de Assistência Social,
379 Resolução Nº 39/03 - A partir dos dados colhidos durante as visitas do Conselho Estadual de
380 Assistência Social e denúncias apresentadas, foi emitida com condicionantes, dentre elas estão a
381 concessão de lotes para extensão dos quintais e reativação econômica em 11/12/2003. Em
382 15/04/2004 foi suspensa a Licença de Operação concedida pelo COPAM. Concessão de Área de 360
383 m² para cada morador de Nova Soberbo, como extensão dos quintais, - distantes das residências dos
384 atingidos, - Área avaliada por 4 profissionais de diferentes entidades (Universidade Federal de
385 Viçosa, EMATER, engenheiro agrônomo e assessor do Deputado Padre João e técnico da Secretaria
386 de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Somente a Emater atestou ser a propriedade
387 apropriada para o cultivo de hortaliças, cereais e plantas medicinais. Fazenda Associada, com área
388 de 24,8 ha, mesmo sem aprovação dos atingidos, o empreendedor adquiriu uma fazenda para ser
389 dividida internamente entre aproximadamente 18 famílias rurais atingidas. O CEAS encaminhou
390 relatório à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e

391 Habilitação. No relatório constou que, dentre outros itens, o Programa de Reativação Econômica para
392 os atingidos não foi criado e implementado. E solicitou providências quanto ao descumprimento das
393 condicionantes da Resolução 39/2003. O Prefeito de Santa Cruz do Escalvado protocolou no CEAS
394 reivindicações da comunidade de Nova Soberbo. Em 13/10/2009 - Não implantação do Programa de
395 Reativação Econômica, - Má qualidade da água fornecida no Distrito de Nova Soberbo, sobretudo o
396 excesso de ferro que tem causado fortes odores e escurecimento na água; - 17 Casas com cozinhas
397 viradas para a rua, - Falta de escritura das casas. Abril 2010 - reunião CEAS e a SEDESE com
398 dirigentes do Consórcio Candonga feito solicitação ao empreendedor de comprovação do
399 cumprimento das duas condicionantes dispostas no art. 1º da Resolução do CEAS de n.º 39/2003
400 (itens da Resolução alvo de denúncias), incisos VI e X Inciso X, que dispõe sobre a Concessão de
401 terreno, e a Reativação Econômica. Em junho 2010 o Consórcio Candonga protocola o Relatório
402 Resposta ao CEAS, por meio da publicação da Resolução nº 035/2003 e ainda novas visitas do
403 CEAS comprovaram várias das denúncias apresentadas, dentre elas a não discussão com a
404 comunidade do Programa de Reativação Econômica. Destaques da análise técnica: “de 122 famílias
405 14 participam dos Projetos de Reativação Econômica, ou seja, de aproximadamente 300 pessoas
406 atingidas 36 participam dos Projetos de Reativação Econômica e que este percentual era baixo,
407 considerando o número de famílias atingidas”. Em 27/12/2010, Consórcio Candonga protocola novos
408 relatórios no CEAS: 1) Relatório do Programa de Reativação Econômica (período de agosto/2009 a
409 agosto/2010), 2) novos processos implantados para o Programa de Reativação Econômica, 3)
410 relatório das ações realizadas de 2004 a 2010; 4) Pesquisa Socioeconômica do Distrito de São
411 Sebastião do Soberbo elaborado pela Universidade Federal de Viçosa/MG. DESTAQUES SOBRE
412 DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO CONSÓRCIO CANDONGA EM 27/12/2010: 1) Relatório do
413 Programa de Reativação Econômica (período de agosto/2009 a agosto/2010) - Observa-se que o
414 mesmo não trouxe nenhuma novidade. As informações contidas nesse Relatório são as mesmas
415 protocoladas no CEAS em junho/2010 (Relatório Resposta a correspondência CT17/2010 do CEAS);
416 2) Novos processos a serem implantados para o Programa de Reativação Econômica - implantar os
417 projetos de Inclusão Digital para jovens e o Projeto Memórias de um Povo de Lá, que tem como
418 objetivo a inclusão social, promoção e ressignificação dos idosos do Distrito de São Sebastião do
419 Soberbo. - além desses, são citados os projetos de criação de aves, curso de pães, plantas
420 ornamentais, malharia e olericultura, que já estão em desenvolvimento na comunidade. 3) relatório
421 das ações realizadas de 2004 a 2010 - Consta a informação que os projetos de galinha poedeira,
422 malharia, olericultura, artesanato em madeira e bambu, bucha vegetal, produção de plantas
423 ornamentais e árvores nativas já foram implantados e continuam a ser executados; 4) Pesquisa
424 Socioeconômica do Distrito de Nova Soberbo elaborado pela Universidade Federal de Viçosa/MG –
425 UFV em dezembro/2010 - (pesquisa elaborada pelo Departamento de Administração e Contabilidade
426 da Universidade de Viçosa, em 2010) - Famílias: a maioria concentra-se em famílias de até 4
427 membros (85%) e ainda segundo informações da pesquisa, quando se fala em faixa etária, verifica-se
428 que 47% das famílias são compostas por membros menores de 18 anos e 40% composta por
429 membros maiores de 65 anos, Renda: a renda proveniente das aposentadorias e pensões equivale a
430 quase metade da renda do distrito. São dados da pesquisa: - 46% da renda vêm de aposentadorias e
431 pensões, - 25% das famílias recebem Bolsa Família, - 70% das famílias recebem até 2 salários
432 mínimos mensais, - 28% das famílias recebem menos que 1 salário mínimo mensal. Pobreza e
433 desigualdade: os 20% mais pobres da população detêm 5,4% da renda total do distrito, e os 20%
434 mais ricos detêm 46%; 55% da população estão abaixo da linha de pobreza (poder de compra,
435 calculada a partir da renda per capita familiar). Diagnóstico/Visão geral: Na pesquisa consta que: “...
436 há uma esperança, ainda que difusa, de que algo possa acontecer no que diz respeito à geração de
437 renda, por conta da esperada implantação do programa de reativação econômica, que o Consórcio
438 ainda teria que cumprir.” (página 56). “Em suma, o distrito de Nova Soberbo se caracteriza pela
439 pobreza, que é explicada, primeiro, pela alta taxa de desocupação de sua população; e, segundo,
440 pela baixa produtividade da atividade privada, que é baseada na agricultura de subsistência”. (pagina
441 57); Visita de apuração do CEAS, a partir de todo o exposto a Mesa Diretora do CEAS deliberou por
442 uma visita de apuração, para dialogar com os atingidos da UHE Risoleta Neves (ou Candonga) de 01
443 a 04/03/2011. 2ª Suspensão da Licença de Operação da UHE Candonga, Tribunal de Justiça de
444 Minas Gerais – publicada 22/02/2011 em 22/02/2011. 3 – Visita de Apuração: os trabalhos seguiram o
445 roteiro: dia 02/03/2011 – quarta-feira: 1º – visita à Comunidade de Nova Soberbo – (para os
446 conselheiros conhecerem as condições do local); 2º – 15 horas - reunião com o CMAS; CMDCA;
447 CONSELHO TUTELAR, CONSELHO DO IDOSO de Santa Cruz do Escalvado – local Clube Catolína
448 Novaes). Dia 03/03/2011 – quinta-feira: 3º - 09 horas – reunião com os atingidos, prefeitura, CMAS e
449 demais conselhos – Local Centro Comunitário de Nova Soberbo. 4º - Após a reunião com os
450 atingidos, reunião com representante do Consórcio Candonga. 3.1 - VISITA À COMUNIDADE DE
451 SANTA CRUZ DO ESCALVADO: constatou-se que ainda não há efetiva produção nos lotes
452 reservados para a extensão de quintais – as famílias têm o direito de uso por meio de comodato.
453 Visita a bica d água onde as famílias buscam água para o consumo das residências (em substituição
454 da água canalizada que está com excesso de ferro. 3.2 - REUNIÃO COM O CMAS; O CMDCA; O
455 CONSELHO TUTELAR de Santa Cruz do Escalvado: Presentes 19 pessoas, conforme ata: o Prefeito

456 Sr. Gilmar Lima; representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social; representante da
457 Secretaria Municipal de Administração e Finanças; da Secretaria Municipal de Educação; da
458 Secretaria Municipal de Saúde; do Conselho Tutelar; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
459 do Adolescente; do Conselho Municipal de Assistência Social. Síntese das situações pendentes:
460 projetos desenvolvidos em Santa Cruz do Escalvado - os conselheiros não tinham conhecimento da
461 efetividade dos projetos ou impactos na melhoria de vida da comunidade; as principais demandas: má
462 qualidade da água – muitas famílias têm que andar em torno de 1 kmo para buscar água em uma
463 bica, visto que a água canalizada em certos momentos tem alto teor de ferro; urgência na
464 implantação da Reativação de Econômica; 17 casas com cozinhas viradas para a rua e pessoas
465 desempregadas. 3.3 - REUNIÃO COM OS ATINGIDOS: Estiveram presentes 57 atingidos e
466 residentes da Comunidade de Nova Soberbo (conforme lista de presença e registro em vídeo); As
467 pendências apresentadas já foram relatadas pelo documento protocolado no CEAS anteriormente;
468 PENDÊNCIAS APRESENTADAS: falta do uso da área reservada para a extensão de quintais e
469 reativação Econômica da Comunidade de Nova Soberbo. PROPOSTAS DA COMUNIDADE PARA A
470 SOLUÇÃO DAS PENDÊNCIAS: A – Área da extensão de quintais - considerando que é um terreno
471 sem produtividade e que o direito de uso é por meio de comodato, a comunidade propôs que o
472 empreendedor compense os moradores com as seguintes ações: a – repasse o valor de R\$
473 67.200,00 para cada família (valor referente ao não usufruto da terra– a previsão em 2003 era que
474 cada família teria o ganho de R\$ 700,00 mensais pela produção na terra); b – implante energia
475 solar em cada residência (compensando o aumento do custo de energia elétrica no orçamento
476 familiar, que antes era energia rural e agora é energia urbana); c – transfira a caixa d água e o
477 cilindro para o lado de fora de cada residência; d – repasse para cada família de Nova Soberbo e
478 reassentadas na área rural 1 salário mínimo e ticket cesta básica, para aquelas em situação de
479 vulnerabilidade social, até o funcionamento do Projeto de Reativação Econômica. B – Reativação
480 Econômica: Projeto em elaboração pela Universidade Federal de Viçosa, a ser apresentado ao
481 Consórcio Candonga; Implantação do Projeto Geração de Emprego e Renda no Distrito de Nova
482 Soberbo “Complexo Industrial Avícola – Companhia Avícola de Nova Soberbo S/A” – responsável Sr.
483 Max Silveira – Universidade Federal de Viçosa; Ramo: Indústria e comércio de carne de frango e
484 derivados; Beneficiários: 108 famílias. A comunidade será proprietária, no sistema de cooperativa; A
485 Universidade dará a assistência técnica e capacitação para a comunidade, visando a sua auto
486 administração; O empreendedor ficará responsável pelo financiamento do valor inicial do
487 empreendimento e doação de 7 ha de terreno, ao redor da Barragem, para a sua instalação; Previsão
488 de renda R\$ 500,00 mensal para cada cooperado, no primeiro ano, Podendo o cooperado trabalhar
489 na referida empresa e ganhar o salário relativo à sua atividade; Haverá distribuição de cotas: 70%
490 para os beneficiários e 30% para a Associação dos Atingidos; Tempo previsto para início das
491 atividades (após aprovação do Consórcio Candonga) – 12 meses; 3.4 REUNIÃO COM
492 REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR: Representante do empreendimento: Sr. João Bosco –
493 Responsável pela educação ambiental e reativação econômica; Aspectos informados pelo
494 empreendedor: Os projetos de geração de renda em desenvolvimento, já estão gerando R\$ 600,00
495 mensais por família, envolvida, quais sejam: Projeto aves – 6 famílias aderiram; Projeto Floricultura –
496 5 pessoas envolvidas; Projeto Malharia – 5 mulheres aderiram; Projeto Olericultura – 3 famílias
497 (plantação de pimenta e mandioca) 11% das famílias de Nova Soberbo aderiram aos projetos. 4 -
498 Síntese dos pontos para discussão e definição de encaminhamentos: Aspectos pendentes: Má
499 qualidade da água fornecida no Distrito de Nova Soberbo, devido o excesso de ferro, 17 Casas com
500 cozinhas viradas para a rua, Falta de escritura das casas, Extensão dos quintais, Programa de
501 Reativação Econômica; Proposta da Comunidade Nova Soberbo: Reforma das casas pelo
502 empreendedor, A – repasse o valor de R\$ 67.200,00 para cada família, B – energia solar em cada
503 residência, com uma caixa de 500 litros de água quente, C – transferência da caixa d água e o
504 cilindro para o lado de fora de cada residência; D – repasse para cada família de Nova Soberbo e
505 reassentadas na área rural 1 salário mínimo e ticket cesta básica, para aquelas em situação de
506 vulnerabilidade social, até o funcionamento do Projeto de Reativação Econômica; Implantação do
507 Projeto Geração de Emprego e Renda no Distrito de Nova Soberbo “Complexo Industrial Avícola –
508 Companhia Avícola de Nova Soberbo S/A”. Observações: Pendência desde de 2004, O CEAS
509 encaminhou em 15/02/2011 Notificação Extrajudicial ao empreendedor, para as devidas providências
510 - prazo 18/03/2011, O terreno para “extensão de quintais” foi avaliado por 4 profissionais de
511 diferentes entidades (Universidade Federal de Viçosa, EMATER, um engenheiro agrônomo e
512 assessor do Deputado Padre João e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento).
513 Somente a Emater atesta ser a propriedade apropriada para o cultivo de hortaliças, cereais e plantas
514 medicinais, ainda em elaboração pela Universidade Federal de Viçosa e não apresentado ao
515 Consórcio Candonga. Terminando a apresentação da UHE Risoleta Neves o presidente Geraldo abriu
516 para a fala do professor Max Silveira (UFV). O professor explicou de forma resumida o projeto que
517 possui como protagonista a comunidade. Projeto complexo realizado depois da pesquisa
518 socioeconômica pela universidade que demonstrou que o distrito tem baixa renda com alto grau de
519 desigualdade social. Buscou a finalidade de ajudar a todos da sociedade, não pontencializando a
520 diferença interna. A reivindicação geral dos atingidos sempre foi relacionada à manutenção média de

521 um (1) salário mínimo, pois o que acontece é que a população afetada pelo empreendimento é
522 indenizada e não participa de outros projetos para sua reativação econômica. Partindo desse ponto
523 foi pensado em um projeto que na região pudesse trazer um salário mínimo para cada família
524 melhorando a comunidade como um todo e sem que isso contribua para o aumento da desigualdade
525 social. Então, a universidade pensou na avicultura que é um setor do agronegócio brasileiro com
526 maior potencial e propicia a implantação nestes municípios afetados. Dessa forma, a comunidade
527 ganharia emprego e cada sujeito seria dono do seu negócio. Não se trata de uma cooperativa, mas
528 sim uma S.A – sociedade do público. O presidente retoma a fala depois de esclarecido o projeto e
529 abre aos conselheiros que levantaram alguns pontos e esclarecimentos quanto à deliberação.
530 Também houve o pronunciamento dos atingidos e dos representantes do empreendimento. O
531 presidente retoma a fala e reafirma os pontos levantados por ambas as partes e informa que esta
532 registrado em ata a questão da casa que foi consertada referente a situação da cozinha pelo lado da
533 frente compromisso assumido pelo empreendedor em 2004, então, essa situação ratifica a posição de
534 que não foi negociado com todos os atingidos. Sobre o projeto pensa que a UFV independente de ser
535 de Viçosa é uma universidade que sempre primor por construir projetos que é peculiar e inerente a
536 sua competência. Na opinião do presidente, é um projeto tranquilo e que atinge uma maioria absoluta.
537 Solicita a todos para refletirem e levarem a quem é de direito a decisão porque se esse projeto é uma
538 alternativa de solução dificilmente se terá outro projeto com alternativa de solução e em substituição a
539 esse que atinja a maioria da população. Ainda, levando em consideração a maneira em que esta
540 projetada como apresentado pela UFV, não envolve o recurso financeiro de monta para o
541 empreendedor. O que foi explicado é que terá um financiamento do projeto que será auto-sustentável.
542 Portanto, segundo o entendimento do presidente é necessário ter um pouco mais de vontade em
543 querer ressarcir esses direitos que foram violados. Assim, definiu aguardar o prazo que o
544 empreendedor tem para responder a notificação para ser levado a plenária para deliberação do
545 encaminhamento. Não havendo nada mais a declarar, eu Erika Ribeiro lavrei a presente Ata, que foi
546 revisada pelo 1º secretário e conselheiro Marcelo Armando Rodrigues, e que após lida e aprovada
547 será assinada por nós e pelos presentes.